



Universidade de Brasília

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Projeto de curso

Larissa Santos Miranda

**UMA NOVA ABORDAGEM DE REVISÃO TEXTUAL:  
O REVISOR COM UM OLHAR CRÍTICO E REFLEXIVO**

Brasília-DF

2014

Larissa Santos Miranda

**UMA NOVA ABORDAGEM DE REVISÃO TEXTUAL:  
O REVISOR COM UM OLHAR CRÍTICO E REFLEXIVO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Letras-Português da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial para a obtenção do título de graduação em licenciatura em Letras-Português.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Cordelia  
Oliveira da Silva

Brasília-DF

2014

# **Uma nova abordagem de Revisão Textual:**

## **O revisor com um olhar crítico e reflexivo**

Larissa Santos Miranda<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho tem o objetivo de estudar a Revisão de Texto, sob um novo aspecto e com um olhar diferenciado, com o intuito de amenizar a visão reducionista acerca dessa atividade, que a transforma em um processo mecanizado, fato a ser confirmado a partir da análise dos dados, pois se perceberá a utilização constante das normas da Gramática Tradicional no trabalho com o texto, excluindo outras formas de análise, sendo importante enfatizar os diversos discursos e significações presentes nele. Como fundamentação teórica, serão apresentados os princípios básicos da Análise do Discurso Crítica, com enfoque, principalmente, nas ideias de Fairclough (2001), um dos precursores desse estudo, para proporcionar uma reflexão que vai além da mera aplicação das normas da Gramática Tradicional na Revisão de Texto. Além do mais, será destacado o conceito de Revisão segundo Malta (2000) e Coelho Neto (2008), estudiosos engajados no assunto e autores de manuais consagrados.

### **1. INTRODUÇÃO**

O estudo da língua e da linguagem está atrelado a sua relação com as práticas sociais. Por isso, a língua, numa análise mais contextualizada, não existe por si só, ela deve ser considerada nas suas mais diversas manifestações sociais, ou seja, a língua materializada em textos repletos de significações discursivas.

Para atender a essa necessidade, a Análise do Discurso Crítica surgiu como um novo estudo da língua e do texto em diferentes formas de interação dos agentes comunicativos nos diferenciados contextos sociais, construindo diferentes significados.

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Letras – Licenciatura em Língua Portuguesa e Respectiva Literatura da Universidade de Brasília (UnB).

É de fundamental importância para o trabalho de Revisão Textual ter consciência sobre a existência desses diversos sentidos e discursos presentes no texto.

A atividade de Revisão Textual é uma das opções de atuação profissional para o graduado em Letras, sendo importante estudá-la e compreendê-la mais a fundo, pois é uma área pouco reconhecida, não se resumindo apenas à análise e correção dos aspectos gramaticais, semânticos e lexicais de um texto. O revisor deve considerar os discursos que permeiam o texto a ser revisado, o contexto no qual ele está inserido e o público-alvo, levando em consideração a adequação linguística: que tipo de linguagem deve ser empregada no texto, a que gênero textual ele pertence, que construções linguísticas, sintáticas e semânticas deve possuir o texto para atingir seu propósito. Para isso, existe a Análise do Discurso Crítica para auxiliar nessa tarefa.

Assim sendo, este trabalho tem o objetivo de estudar a atividade de Revisão Textual, já que se conhece tão pouco essa área, mostrar que a Revisão Textual é muito mais que uma mera análise da Gramática Tradicional, dos aspectos semânticos e lexicais e, por fim, evidenciar os vários discursos no texto, atrelados com diferentes significações e intenções comunicativas. A partir disso, dá-se a importância da Revisão Textual e do revisor na sociedade: o revisor com um olhar mais crítico e reflexivo.

Para alcançar esse objetivo, pretende-se, neste trabalho, fazer análise de duas provas de concursos públicos para seleção de revisores de texto, aplicadas por órgãos públicos, fundamentando-se nas teorias da Análise do Discurso Crítica, para que o estudo sirva como base para o revisor, fazendo com que ele tenha uma leitura mais crítica dos textos com os quais trabalhará, a fim de evitar um ofício apenas mecanizado e pouco reflexivo.

Além do mais, espera-se mostrar que a profissão de revisor de texto é tão relevante quanto qualquer outra, como a de professor, por exemplo, que acaba sendo a opção mais comum para o graduado em Letras. E, por meio dos fundamentos teóricos da Análise do Discurso Crítica e das análises das provas, pretende-se estimular o revisor a fazer uma análise mais ampla e a possuir conhecimento de mundo para uma revisão reflexiva, não se limitando aos parâmetros normativos da Gramática Tradicional, mas considerando outros aspectos do texto, tais como contexto, ideologia e intenções comunicativas.

## 2. ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

### Breve perspectiva histórica

Para relacionar o tema Revisão de Texto com a abordagem da Análise do Discurso Crítica (ADC), é relevante fazer uma breve introdução à origem desse novo campo de análise linguística, perpassando pelas características fundamentais da ADC e pelos autores empenhados nesse estudo. É importante que o trabalho de Revisão Textual esteja ligado às teorias da ADC, para ir além da análise baseada na Gramática Tradicional, considerando os aspectos sociais, contextuais e ideológicos do texto, assim como é relevante o conhecimento básico em outras áreas.

A Análise do Discurso Crítica surgiu como uma continuação da Linguística Crítica (LC), que se opôs à linguística formal. A LC é uma nova perspectiva de estudo da linguagem, iniciada em 1970, na Universidade de East Anglia, na Grã-Bretanha, por um grupo de linguistas: “Eles tentaram casar um método de análise linguística textual com uma teoria social do funcionamento da linguagem em processos políticos e ideológicos, recorrendo à teoria linguística funcionalista [...]”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 46-47).

O objetivo da ADC é o foco no estudo da linguagem, do texto e da sua relação com o poder e a ideologia, analisando uma pequena amostra de textos. A ADC, ramo da Análise do Discurso, possui como um de seus fundadores Norman Fairclough, da Universidade de Lancaster, na Inglaterra. Essa nova abordagem expande o estudo da linguagem como prática social, relacionando-a com a análise das transformações sociais e das relações de poder e ideologia, dando continuidade ao estudo da linguística crítica.

A LC surge como um estudo aprofundado do texto: identificava o papel da linguagem nas relações de poder entre as estruturas sociais, opondo-se às outras correntes linguísticas da época, que se preocupavam com o estudo dos elementos formais da linguagem, como a competência linguística dos falantes, isolados do contexto de uso. A ADC surge nos anos 1990, em um simpósio em Amsterdã, no qual foi discutido acerca da Análise do Discurso, especialmente a ADC, contando com a participação de estudiosos como Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen e Ruth Wodak. Segundo Kress (1990 *apud* WODAK, 2004, p. 229-

230), entre as concepções básicas da ADC/LC, nos seus estágios iniciais, incluem-se a linguagem como fenômeno social, os leitores (ou ouvintes) como agentes ativos ao se relacionarem com o texto e a consideração de que tanto indivíduos quanto instituições/grupos sociais possuem significados e valores expressos por meio da linguagem.

Para a ACD, a linguagem é um elemento de prática social e está relacionada com os discursos de poder. Para Wodak (2004), é uma área que se concentra em diversos tipos de discursos: institucional, político, de gênero social, da mídia, todos eles materializando relações de poder, luta e conflito.

A ADC se preocupa em estabelecer uma visão mais crítica dos variados tipos de discursos e analisar as desigualdades e ideologias expressas neles de forma implícita, por intermédio de uma linguagem que exprime e legitima relações de dominação e poder entre os setores da sociedade. Portanto:

A ADC estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sociohistórico. Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma pequena amostra de textos, a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea. (FOWLER 1996; FAIRCLOUGH 2001 *apud* MAGALHÃES, 2005, p. 3).

Cabe à ADC e à LC realizarem o rompimento das estruturas de poder já tidos como convenção: relação convencional considerada como natural, velada e exercida pelas instituições dominantes detentoras de poder.

Chouliaraki e Fairclough (1999 *apud* WODAK 2004, p. 230-231) mostram como a Análise do Discurso é importante no contexto das mudanças sociais e culturais contemporâneas, destacando que, na linguagem da mídia, transparece poder e conflito e não existe neutralidade, embora aparentem possuí-la. Van Dijk (1986 *apud* WODAK, 2004, p. 231) também tem interesse no discurso da mídia de massa: sua produção, uso e função, bem como em questões de racismo e ideologia.

Já Michael Halliday (1970 *apud* WODAK 2004, p. 232-233), com sua teoria da Linguística Sistêmica Funcional (LSF), demonstra a relação entre o sistema gramatical e as estruturas sociais, estabelecendo três metafunções linguísticas: função ideacional,

na qual a linguagem está relacionada com a estrutura social; função interpessoal, que é a relação entre os participantes; e função textual, sendo a coesão e a coerência dos textos.

Por fim, a ADC se preocupa com a análise linguística crítica de situações e relações abordadas nos textos (ou melhor, discursos), as quais remetem a uma relação de conflito social, poder e ideologia: “[...] se distingue de outras tradições acadêmicas, como a sociolinguística variacionista, a linguística textual, a análise da conversação e a pragmática.” (FAIRCLOUGH 1989, 2001 *apud* MAGALHÃES, 2005, p. 7).

### **Aspectos importantes de Análise do Discurso Crítica**

Para começar, é importante resgatar aspectos referentes à língua e à fala no contexto da Linguística, estudo iniciado por Ferdinand de Saussure. Para este linguista e para seus seguidores, a fala era elemento dispensável nos estudos da Linguística, porque é um modo individual de comunicação, que é usada de maneira subjetiva e imprevisível, a critério de cada falante; já a língua é o sistema em si, e não está focada no uso, tal como a fala.

A Sociolinguística surge como oposição a essa ideia, considerando que a língua é usada socialmente e não individualmente. O sistema da língua está associado às variações sociais: interações entre os participantes e seus propósitos sociais, tipos de eventos sociais, idade, gênero, assim por diante. A partir disso, já se mostram grandes avanços nos estudos da língua e da linguagem, entretanto, para a ADC, a linguagem é mais que isso, ela está atrelada às práticas sociais e sujeita a constantes mudanças, sendo forma de ação, representação e significação do mundo.

Assim sendo, a Análise do Discurso Crítica investiga o uso da linguagem nas instituições sociais e como as desigualdades são construídas linguisticamente. Além disso, para a ADC, é imprescindível considerar o contexto, porque “[...] as palavras mudam de sentido conforme as condições propícias dentro de uma repartição discursiva.” (SILVA, 2002, p. 11), determinando o que pode ou não ser dito explicitamente em determinada situação, bem como as ideologias embutidas nos textos, os conhecimentos multidisciplinares, que é importante o revisor ter, entre outras

questões, isso tudo porque os textos são constituídos por vários significados e são produzidos em contextos sociais específicos.

De acordo com Resende e Ramalho (2011), a ADC possui um caráter interdisciplinar para estudos críticos da linguagem: ela está estreitamente atrelada às teorias sociais que se comprometem em analisar questões de problemas sociais relacionados a poder e justiça, o que resulta em um estudo situado no funcionamento da linguagem na sociedade. A importância do estudo da linguagem está situada principalmente em seu uso contextualizado, ou seja, ela é representada pelo discurso, ambos tratam de uma parte da prática social, “[...] uma parte irreduzível das maneiras como agimos e interagimos, representamos e identificamos a nós mesmos, aos outros e a aspectos do mundo por meio da linguagem” (RESENDE; RAMALHO, 2011, p. 15).

Para Fairclough (2001), em sua teoria sobre a Análise do Discurso Crítica, “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.”. A construção de mundo em significado quer dizer que a análise textual está situada nos três aspectos do significado: ação, interpretação e identificação, sendo importante também o contexto de interação para análises discursivas, conforme Resende e Ramalho (2011). O discurso, ao mesmo tempo em que constrói e molda as estruturas sociais, é também construído e moldado por elas:

Primeiro, implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação [...]. Por outro lado, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis [...]. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91).

Tal como Fairclough (2001), Resende e Ramalho consideram o termo “discurso”, como sendo prática social, contribuindo para a construção de identidades sociais e posições de sujeito, para a construção das relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimento e crença, que são os três aspectos dos efeitos construtivos do discurso, segundo o autor.

Ressalta-se a importância do contexto: a análise linguística não pode estar isolada de fatores externos ao texto, deve-se levar em conta a análise dos elementos linguísticos em suas situações de uso, que são as mais diferenciadas possíveis, variando



de acordo com cada situação. Para Koch (2002a), há de se relevar o agrupamento e a combinação desses elementos com outros elementos, inerentes ao texto ou fora dele, no contexto.

O uso da linguagem está situado em contextos que envolvem poder, nos quais são encontrados discursos e práticas sociais que podem se manifestar por meio de elementos linguísticos implícitos e explícitos, repletos de significado, intenções comunicativas e persuasão, pois “A finalidade última de todo ato de comunicação não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado.” (FIORIN, 2006, p, 75).

Segundo a “metáfora do *iceberg*”, de Koch (2002b), os elementos explícitos de um texto são aqueles estão à margem d’água, oferecidos pelo próprio sistema da língua, isto é, nos níveis fonológico, morfossintático, lexical, semântico e pragmático, bem como pela situação comunicacional, pelo contexto dos interlocutores e pelo gênero textual. Os implícitos estão submersos e, para Koch, devem ser inferidos de acordo com o contexto dos interlocutores. É justamente a parte submersa do *iceberg* que é o objeto principal de estudo da ADC: a parte implícita do texto, considerando que não existem textos totalmente explícitos, pois há o recurso da inferência como forma de captar esse sentido implícito.

Numa abordagem mais próxima à da Análise do Discurso, Koch (2002a) explica o conceito de contexto sob a visão de van Dijk, o qual o define como “[...] o conjunto de todas as propriedades da situação social que são sistematicamente relevantes para a produção, compreensão ou funcionamento do discurso e de suas estruturas.” (VAN DIJK 1997 *apud* KOCH 2002a). No entanto, para a Análise do Discurso Crítica, a análise linguística, à medida que deve estar relacionada com os fatores contextuais e externos ao texto, deve também estar relacionada com a crítica social, eis o motivo da inserção do termo “crítica” em Análise do Discurso.

Fairclough (2001) dialoga com Foucault ao explicitar sobre o conceito de contexto: há o contexto situacional de um enunciado, que é a situação social em que o enunciado ocorre, e o contexto verbal, que é sua posição em relação a outros enunciados que o precedem e o seguem. Esses contextos influenciam no modo como é interpretado o texto e variam de um tipo de discurso para outro, o que explica a relação “contexto-texto-significado”.

Com base nessa observação crítica em torno da linguagem, Resende e Ramalho (2011) explicam que, como a linguagem é constituída socialmente, ela possui efeitos ideológicos, a partir de sentidos apreendidos dos textos, no que concerne a relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores e identidades, o que ajuda a sustentar a distribuição desigual de poder e hegemonia. Esse tipo de análise engajada, proporcionada pela ADC, muitas vezes não é realizada pelo revisor de texto, mas é uma prática imprescindível para uma revisão mais crítica e menos mecanizada, porém nem sempre é possível identificar as ideologias nos textos, devido às diferentes interpretações e aos processos ideológicos pertencentes aos eventos sociais e não somente aos textos, sendo eles apenas parte desses eventos. Segundo Fairclough (2001, p. 118-119):

Embora seja verdade que as formas e o conteúdo dos textos trazem o carimbo (são traços) dos processos e das estruturas ideológicas, não é possível ‘ler’ as ideologias nos textos. [...] isso é porque os sentidos são produzidos por meio de interpretações dos textos e os textos estão abertos a diversas interpretações que podem diferir em sua importância ideológica e porque os processos ideológicos pertencem aos discursos como eventos sociais completos – são processos entre as pessoas – não apenas aos textos que são momentos de tais eventos.

Macedo (2013) considera que os textos podem possuir diferentes interpretações, variando segundo o contexto e o interlocutor, pois o sentido de um texto, em razão da sua característica social, depende de sua distribuição, de seu consumo e das interpretações sociais de que é passível. Apesar dessa dificuldade em apreender as ideologias de um texto, devido aos sentidos que podem ser produzidos por diversas interpretações, há uma abordagem de análise que a ADC utiliza para auxiliar na identificação das tendências ideológicas do texto e de seu autor.

A ADC estabelece um diálogo com a abordagem crítica de ideologia de Thompson: “Sentidos ideológicos são aqueles que servem necessariamente, em circunstâncias particulares, para ‘estabelecer e sustentar relações de dominação.’” (THOMPSON 2002 *apud* RESENDE; RAMALHO 2011). Diz respeito à disseminação de lutas de poder e de uma representação particular de mundo, considerada como a única possível. Se um revisor, por exemplo, não souber identificar esses aspectos ideológicos que vão além de uma mera interpretação linguística, ele estará reproduzindo um aspecto problemático do senso comum, contribuindo para a “universalização”,

segundo Thompson (2002 *apud* RESENDE; RAMALHO 2011), dos interesses particulares e para a sustentação das desigualdades materializadas e disseminadas pelos textos.

Fairclough (2001) preocupa-se em investigar as práticas discursivas das instituições como formas materiais de ideologia, essas práticas estão essencialmente ligadas à produção, à distribuição e ao consumo de textos. O autor acredita que as ideologias são significações e representações da realidade, das relações e das identidades sociais e do mundo físico, que são construídas nas diferentes formas e sentidos implícitas nos textos, contribuindo para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. A ideologia existe quando é pouco visível, se esse “aspecto problemático do senso comum” – o fato de sustentar as desigualdades – for desvelado, conscientemente, deixa de ser senso comum, esse aspecto “[...] pode perder a potencialidade de sustentar desigualdades de poder, isto é, de funcionar ideologicamente.” (FAIRCLOUGH 1989 *apud* RESENDE; RAMALHO 2011).

Essas práticas discursivas estão inseridas na concepção tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001). Para ele, o discurso se materializa como texto, como prática discursiva e como prática social.

O discurso como texto se baseia na análise textual e linguística concebida pela Linguística, estruturada em quatro elementos que podem ser imaginados em escala ascendente: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Ademais, há mais três elementos que não serão usados na análise textual, mas na análise de discurso como prática discursiva: a força dos enunciados (os tipos de ato da fala, funções da fala, tal como promessas, pedidos etc.), a coerência dos textos e a intertextualidade dos textos.

Além desses aspectos formais, Fairclough (2001) explica que a prática discursiva envolve os processos de produção, de distribuição e de consumo de textos, os quais, inclusive, contribuem para a disseminação da ideologia, sendo os fatores sociais responsáveis pela variação dos diferentes tipos de discursos, o que determinará a natureza desses processos. Além disso, o autor considera que os textos são produzidos de formas particulares em contextos sociais específicos, bem como são consumidos de acordo com a interpretação que se faz deles, variando em diferentes tipos de contextos sociais.

Por fim, o revisor tem função importante nessa interpretação, pois ele é o intermediador entre o autor e o leitor, ele trabalhará com o texto a fim de ser fiel às intenções comunicativas e persuasivas do autor (ou produtor), devendo entender que o texto, além de ser uma manifestação linguística, é composto por um discurso ou vários tipos de discursos, que o discurso é uma forma de ação e a linguagem não é individual, é uma forma de prática social, tal como deve ser a Revisão de Texto: o resultado de um olhar social e crítico em torno da linguagem.

### **3. A REVISÃO DE TEXTO**

Entre os materiais de referência para os revisores estão as gramáticas normativas de Língua Portuguesa e os manuais de revisão, sendo que eles possuem uma concepção reducionista da Revisão, pois se limitam, principalmente, às normas da Gramática Tradicional para a análise de textos. No entanto, essas regras gramaticais, para a ADC, podem até ser importantes, mas não são suficientes para uma análise reflexiva do texto. Segundo Rocha (2012), a análise sintática é relevante para Fairclough (2001):

A Sintaxe é uma das categorias preconizadas pela Análise de Discurso Crítica (ADC). De acordo com Fairclough (2001a), a transitividade, por exemplo, ajuda-nos a verificar se tipos de processos e participantes particulares estão favorecidos no texto, que escolhas de voz são feitas (ativa ou passiva) e quão significativa é a nominalização dos processos. Um maior interesse está na agência, na expressão de causalidade e na atribuição da responsabilidade. (ROCHA, 2012, p. 66).

A Gramática Tradicional não deve ser a única ferramenta de pesquisa, pois é importante pensar nos diferentes tipos de discursos que circulam na sociedade, os quais se manifestam em contextos diversos e com intenções diferenciadas, ou seja, há de se relevar o gênero em questão, considerando que há gêneros que exigem uma linguagem formal, outros não.

É necessário contextualizar a Revisão Textual a partir dos conceitos e pontos de vista diferentes de obras que tratam sobre a Revisão de Texto profissional, uma das fontes bibliográficas norteadoras para o estudo dessa atividade, por isso, far-se-á uma breve referência a dois manuais de revisão publicados em anos diferentes, de modo a

mostrar o lugar da Revisão Textual e o papel do revisor na atualidade. A primeira obra é de Luiz Roberto Malta (2000) e a segunda é de Aristides Coelho Neto (2008).

O *Manual do revisor*, de Malta (2000), utiliza uma visão mais tradicional da Revisão de Texto. Nessa obra, o autor explica as definições, imprescindíveis, segundo ele, para o trabalho de Revisão:

- revisar os originais aprovados para edição pelas editoras;
- revisar (se tiver conhecimento de outros idiomas) as traduções, cotejando-as com os livros originais;
- revisar as primeiras provas, comparando-as com os originais;
- revisar as segundas provas, tomando como base as primeiras e, quando necessário, reportando-se aos originais (inclusive, ainda se preciso, ao livro);
- revisar (menos comum, mas ocorre) terceiras provas, tendo como base as segundas;
- examinar (a palavra “revisar” não caberia bem aqui) as heliográficas (não é muito comum, mas se o revisor for funcionário de uma editora, acabará fazendo este trabalho);
- revisar (incomum, mas acontece) filmes que deram ou darão origem a heliográficas; e, finalmente,
- reler livros já publicados, em função de modificações que o autor quer fazer para uma nova edição, ou quando se desconfia que a edição publicada contém erros. (MALTA, 2000, p. 16).

O trecho transcrito acima demonstra que Malta (2000), além de possuir uma visão tradicional da Revisão Textual, a define como atividade essencialmente de revisão de provas e original: conferência de texto, cotejo, comparando as provas com o original palavra por palavra. Logo, a função do revisor, para ele, é normalizar e padronizar textos, resultando numa atividade automatizada e não reflexiva.

Além disso, dedica um capítulo inteiro para a explicação dos requisitos para ser um bom revisor. Entre eles, se encontra o lugar da Gramática Tradicional, destacando que o revisor deve ter ótimo conhecimento de português, incluindo regras de acentuação, regência, crase, por exemplo. Ademais, destaca que o revisor deve ser seguro e convicto de seus conhecimentos.

O autor sugere ao revisor atualizar-se nas mudanças que ocorrem na língua, não somente no quesito gramatical, como alterações em acentuação e ortografia, mas na questão dos neologismos, dos novos usos de palavras já existentes, das palavras que não possuem tradução ou aportuguesamento (estrangeirismos), sendo uma abordagem mais

próxima de análise linguística, no entanto, ainda assim há um enfoque mais voltado à análise baseada na Gramática Tradicional, demonstrando a ideia de que a Revisão de Texto é um trabalho mecanizado.

Além disso, enfatiza a importância de o revisor também atualizar-se em outros conhecimentos, como História, Biologia, Geografia, Anatomia, Religião e outras áreas, podendo ter o auxílio de livros especializados, dicionários e enciclopédias, o que ajuda a ampliar seu conhecimento de mundo.

O autor explica que o revisor deve recorrer às fontes de consulta (gramáticas, dicionários, manuais, por exemplo) e ter uma cultura geral vasta, senso crítico e boa capacidade de duvidar. No entanto, ele sugere que o revisor não se meta a autor, pois “Este é um dos perigos da profissão de revisor: ser um autor frustrado e começar a retalhar, a deturpar, em nome de uma suposta inteligibilidade maior do texto, de uma melhor fluência, etc.” (MALTA, 2000, p. 28), demonstrando contradição: como o revisor deve ter senso crítico, se existem limitações para a não interferência no texto de modo a torná-lo inteligível e de fácil compreensão para o leitor? Como então aplicar sua cultura vasta diante dessas limitações?

Malta (2000) continua a reduzir o trabalho do revisor, limitando seu poder de agir sobre o texto. Segundo Rocha (2012), o revisor deve ter liberdade para agir e poder de decisão, não se preocupando apenas com o cotejo e a conferência, mas deve se ater ao padrão estilístico do autor, à tendência da obra.

A obra de Coelho Neto (2008), *Além da revisão: critérios para revisão textual*, já faz parte de um período de transição, pois sinalizam uma perspectiva linguística. Para este autor, as atribuições do revisor consistem em:

- Revisar os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edição por: editoras, gráficas, agências de publicidade, autores, mestrands, doutorands, preparadores de originais de quaisquer instituições etc.
- Revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais (necessita de um auxiliar, em tais casos).
- Revisar textos a serem disponibilizados na internet.
- Revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada).
- Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente. (COELHO NETO, 2008, p. 62).

Veja-se que essas atribuições são semelhantes às desatacadas por Malta (2000), demonstrando que não houve mudança no ponto de vista acerca do papel do revisor, com exceção dos tópicos “Revisar textos a serem disponibilizados na internet e Proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente”.

Além do mais, o autor considera o papel do revisor imprescindível: a Revisão Textual deve ser consciente, detalhista e competente a fim de que o conteúdo seja aprimorado, no que concerne a questões como coesão, coerência, erros ortográficos, erros conceituais. Observa-se a inserção de termos novos como “coerência” e “coesão”, os quais dizem respeito às relações de sentido no texto, e “erros conceituais”, relacionando-se com conhecimentos de cultura geral que o revisor deve possuir, tal como já dizia Malta (2000), sendo que os três termos estão relacionados com a Semântica, novidade até então. O revisor se atentará aos deslizes praticados pelo autor, que são normais, pois “Essa incapacidade de ‘enxergar’ é fruto comumente do seu contato diuturno e exaustivo com a criação.” (COELHO NETO, 2008, p. 61). Inclui, ainda, a necessidade de normalização e padronização textual, semelhante à ideia de Malta (2000).

Embora Coelho Neto (2008) possua ideias tradicionalistas, as quais dizem respeito à conferência de textos, ao confronto de provas com a original, à atenção aos erros gramaticais, atividades essencialmente mecanizadas, ele transitará para uma nova visão de Revisão de Texto.

O autor considera imprescindíveis as gramáticas normativas, as descritivas e as pedagógicas, e não apenas a Gramática Tradicional, como fontes de referência indispensáveis para o trabalho de Revisão Textual, de maneira a aprofundar os conhecimentos e sistemas da língua para quem já os domina. Ademais, refere-se aos manuais de redação e estilo institucionais (jornalísticos, governamentais, empresariais) como fonte apenas complementar, que não substituem as gramáticas e os dicionários.

Coelho Neto (2008) considera também o contexto, tema bastante estudado neste trabalho. Nas palavras de Rocha (2012), “[...] deve o revisor conciliar a decisão acerca da norma com o registro do texto: se texto formal escrito, seja a norma culta; se texto coloquial falado, a norma doméstica, familiar.” (p. 96). A forma como a linguagem será empregada no texto dependerá dos propósitos e situações convenientes para tal, o que tem a ver com adequação linguística. O autor sugere que o revisor reconheça os diferentes tipos de texto que obedecem à norma culta, que variam de acordo com suas

finalidades, funções e contextos sociais nos quais esses textos se manifestam (ROCHA, 2012).

O domínio da língua em diferentes contextos e das variações em que ela está submetida, de acordo com a adequação conforme a situação, está relacionado com a capacidade de os produtores, leitores e falantes da língua se inserirem na sociedade, o que tem a ver com poder, elemento de muito destaque para a ADC.

Segundo Rocha (2012), o autor também considera importante a interação entre revisor e autor, revisor e diagramador, resultando na maior qualidade do trabalho. O contato com o autor possibilita ao revisor ter mais conhecimento da obra e, com isso, mais liberdade de decisão e interferência no texto. Já a relação com o diagramador, resulta no maior cuidado com a publicação (revisões gráficas, diagramação, impressão). Este autor ainda afirma:

As dúvidas editoriais são dirimidas com o editor ou com a editora, mas o contato com o autor naquilo que concerne à concepção da obra não deve ter intermediários. As questões devem ser tratadas diretamente com o criador da obra, até para manutenção da integridade de sentido. (ROCHA, 2012, p. 97).

Observa-se que ambos os manuais de revisão possuem muitas semelhanças, limitando-se às técnicas da Revisão Textual e da normalização: conferência de textos, revisão de provas e originais, revisão de traduções, cotejo, entre outras, dedicando atenção maior à Gramática Tradicional. Entretanto, Coelho Neto representa a transição para uma nova concepção de Revisão, que, em resumo, possibilita maior poder de interferência e decisão do revisor em relação aos textos e possui um caráter linguístico, concedendo importância não apenas à gramática normativa, mas aos outros tipos de gramáticas.

#### **4. RELAÇÃO ENTRE A REVISÃO TEXTUAL E A ADC: CONCLUSÃO**

Segundo Rocha (2012), como base teórica para uma revisão de texto crítica, tem que ser levada em consideração a concepção tridimensional do discurso proposta por Fairclough (2001), representado por três níveis de análise: texto, prática discursiva e prática social. Na Revisão de Texto tradicional, é enfatizado apenas o nível formal, que é o texto, ou seja, gramática, léxico, coesão, estrutura textual. Logo, é importante que a atividade de Revisão Textual esteja também inserida nos níveis da prática discursiva e



da prática social, e não somente no nível do texto, possibilitando uma visão mais crítica dos textos, baseada nas ideologias materializadas neles e nos contextos que os envolvem.

Além do mais, Rocha (2012) explica, referindo-se às ideias de Fairclough (2001), que é relevante atentar-se às relações externas entre os textos, tais como a intertextualidade, os elementos de outros textos, as vozes de outros que são incorporadas, referenciadas, dialogadas, compreendidas etc. Já as relações internas são constituídas por relações semânticas, gramaticais, lexicais e fonológicas.

Ademais, os textos, de acordo com Fairclough (2001), possuem efeitos causais: proporcionam mudanças nos indivíduos e na sociedade, em relação a conhecimentos, crenças, atitudes, valores, e no que concerne às ideologias manifestadas neles e às formas de representação do mundo, auxiliando no estabelecimento, na manutenção e na mudança das relações sociais e do poder.

O revisor, inconscientemente, trabalha com as teorias da ADC. Considerando os processos de produção, distribuição e consumo de textos, o revisor atua para que a mensagem do texto se torne o mais inteligível possível para o leitor/receptor. Além disso, a mensagem está repleta de ideologias, discursos e modos de representação, fazendo com que o revisor se torne um dos participantes do processo de sustentação, manutenção e disseminação desses elementos.

Junto a isso, a ADC oferece recursos para que o revisor não se limite à análise convencional baseada na Gramática Tradicional, como correção de ortografia, pontuação, concordância verbal e nominal, etc., de acordo com as normas prescritas em gramáticas normativas, dicionários e manuais de revisão. Há de se levar em consideração os aspectos discursivos, contextuais e sociais presentes nos textos, atentando-se, ainda, para a adequação linguística.

## **5. ANÁLISE DO CONTEÚDO EXIGIDO PARA A REVISÃO TEXTUAL**

Com o propósito de estudar a Revisão Textual, de modo a amenizar a visão reducionista a respeito dessa atividade, baseada na análise da Gramática Tradicional, dos aspectos semânticos e lexicais, e atribuir importância aos vários discursos presentes

no texto, seus significados e intenções comunicativas, serão analisados os conteúdos cobrados na parte de conhecimentos específicos de duas provas de concurso público para provimento de cargos de nível superior na área de Revisão de Texto.

A intenção é refletir sobre o que é cobrado e como é avaliado o conhecimento do revisor. Conhecimentos que são considerados pré-requisitos para exercer a atividade de Revisão nos órgãos públicos. Ademais, pretende-se investigar qual o grau de importância atribuído à Gramática Tradicional a partir do conteúdo explorado nessas provas, analisando-o conforme os princípios básicos da ADC, a fim de conscientizar o revisor a ter um olhar mais crítico dos textos com os quais trabalha e das provas de concursos públicos de que ele poderá realizar.

Os textos escolhidos para análise são questões retiradas de duas provas de concurso público: uma aplicada pela banca Cespe e a outra, pela banca Cetpro, ambas de 2014. A primeira foi aplicada para provimento de cargos de revisor de texto para atuar na Fundação Universidade de Brasília (FUB). A segunda foi aplicada para provimento de cargos de revisor de texto para atuação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

A análise das questões das provas terá uma abordagem qualiquantitativa e a base metodológica será a pesquisa bibliográfica, a partir de toda a teoria já vista neste trabalho, e a pesquisa documental, de acordo com os fundamentos metodológicos de Brasileiro (2013), pois se realizará a análise do conteúdo dessas provas, contribuindo para investigar as disciplinas consideradas relevantes, na concepção dos órgãos públicos em questão, para que se possa atuar como revisor de texto.

Pelo que se pôde notar, a prova do Cespe é basicamente composta por itens de interpretação de texto, em sua maioria, o que dificultou o processo de identificação dos conteúdos. Devido a essa característica, não será determinada a quantidade de itens essencialmente de interpretação textual.

Entre os itens de interpretação de texto, incluem-se conteúdos diversos, que também estão inseridos na área da semântica: significação contextual de palavras e expressões, relação de causa e consequência, coesão, coerência, função textual, estrutura textual, tópico frasal do parágrafo, concisão, objetividade, clareza e prolixidade da linguagem do texto (linguagem rebuscada), correção gramatical aplicada

ao texto, conforme explicitado no edital.

No entanto, a interpretação de texto, para a prova do Cespe, é imprescindível também para a análise de aspectos gramaticais, como análise sintática, morfossintática e uso da pontuação, bem como para a compreensão de aspectos semânticos e estruturais do texto. Essa aproximação de conteúdos presente nos itens é muito evidente na prova do Cespe, na qual não são nitidamente exploradas as terminologias e regras prescritas na Gramática Tradicional.

Como o enfoque é averiguar o grau de importância dado à Gramática Tradicional a partir do conteúdo, realizar-se-á a análise dos itens de caráter gramatical, cujos conteúdos foram mais facilmente identificados, devido aos enunciados das questões e dos itens.

A prova contém setenta itens de conhecimentos específicos, em que nove deles são evidentemente de aspectos gramaticais, variando entre análise sintática e morfossintática, morfologia, pontuação e acentuação, transcritos a seguir:

Julgue os próximos itens, relativos aos **aspectos gramaticais** do texto.

- 58 No trecho “Mesmo solitários, de olhos e ouvidos fechados, isolados na mais remota ilha do mais remoto oceano” (l.52-53), as **vírgulas** isolam expressão que não expressa informação nova, mas, sim, **explicação do vocábulo** “solitários”.
- 59 Seria mantido o sentido original do texto caso se inserisse uma **vírgula** antes do **pronome relativo** no trecho “Esse espetáculo das vozes que falam sem parar no mundo em torno”.
- 60 Na frase “A língua em que circula o escritor jamais é uma entidade unitária” (l.12-13), verifica-se relação de **coordenação entre as formas verbais** “circula” e “é”, como evidência a ausência de **conjunção subordinativa** ligando ambas as orações. (grifos meus).

Ainda em relação ao texto, julgue os itens seguintes.

- 76 No trecho: “e souberam usar flores e frutos para alimento e adorno e música” (l.14-15) a resenhista utiliza a **preposição** “e” como elemento expressivo do texto, enfatizando o **sentido de adversidade** entre os termos da enumeração.
- 78 As expressões “uma sombra de nostalgia” (l.33) e “uma pungência próxima do patético” (l.33-34) exercem a **função de complemento da forma verbal**

“perpassam” (l.32).

79 O emprego do **circunflexo** nos vocábulos “entrevê” e “pungência” justifica-se com base na mesma **regra de acentuação gráfica**.

80 No trecho: “O tom narrativo participa da mesma despreensão, despertando a simpatia do leitor para personagens e eventos da experiência comezinha” (l.46-48), a **oração reduzida de gerúndio reforça a consistência semântica temporal presente no período**.

(grifos meus).

Em relação a aspectos textuais do resumo apresentado acima, julgue os itens subsequentes.

95 No último período do texto, o termo “como” poderia ser corretamente substituído por enquanto.

98 Está **gramaticalmente correta** a seguinte proposta de reescrita para o trecho “Na imprensa escrita, (...) e meio ambiente.” (l.8-9) A temática da educação e meio ambiente têm sido veiculada na imprensa escrita, por meio de seções, suplementos e cadernos criados em revistas.

(grifos meus).

Foram identificados conteúdos de legislação, referentes às Normas Brasileiras (NBR) determinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Foram cobrados conhecimentos relacionados às seguintes normas: NBR 6023/2002, relativa à elaboração de referências; NBR 6025/2002, que trata de revisão de originais e provas; e NBR 10520/2002, sobre regras de citação. Somando os itens que exigiram o conhecimento dessas três normas da ABNT, quantificou-se o total de 22.

Além do mais, há itens de redação oficial (redação e correspondências oficiais: redação e técnica; adequação do conteúdo e dos aspectos formais, conforme consta no edital), somando-se cinco itens.

Por fim, o Cespe exigiu conhecimentos referentes à retórica e à teoria da argumentação: fundamentos de retórica; teoria da argumentação – formas de raciocínio, raciocínio e argumento; dedução e indução, raciocínio categórico-dedutivo; vícios de raciocínio, que, somados, são dez itens.

Em contrapartida, a prova do Cetro possui o total de 28 questões de conhecimentos específicos, considerando que essa prova possui questões para marcar a alternativa correta ou incorreta, já a do Cespe possui itens para julgar em certo ou errado. Ao contrário do Cespe, o Cetro se atentou mais para as regras e terminologias da Gramática Tradicional e menos para a interpretação de texto, sendo que foi encontrada apenas uma questão com esse enfoque.

Foram registrados, com precisão, seis questões de semântica, constituídas pelos seguintes conteúdos: função da linguagem, figuras de linguagem, vocabulário, campo semântico e campo lexical.

São vinte questões de análise dos aspectos gramaticais, cujos conteúdos principais são: análise sintática e morfossintática, morfologia, pontuação e acentuação, que, como se pode observar pela quantidade, há uma preocupação maior dessa banca em avaliar os conhecimentos gramaticais dos candidatos ao cargo de revisor, em relação à prova do Cespe.

Serão transcritas a seguir algumas questões de análise gramatical retiradas da prova do Cetro, a fim de exemplificar como e o que foi exigido por essa banca:

43. “Advérbios são palavras modificadoras do verbo. Servem para expressar as várias circunstâncias que cercam a significação verbal. Alguns advérbios, chamados de *intensidade*, podem também prender-se a adjetivos ou a outros advérbios, para indicar-lhes o grau.”

(Rocha Lima. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2010).

Assinale a alternativa na qual se emprega o **advérbio de intensidade**. (grifo meu)

- A) Provavelmente teremos mudanças no setor.
- B) Todos concordaram que o diretor agiu mal.
- C) Que texto maravilhoso!
- D) Todos saíram da sala imediatamente.
- E) Talvez haja alguma mudança no contrato.

45. “As conjunções explicativas relacionam pensamentos em sequência justificativa, de tal forma que a segunda frase explica a razão de ser da primeira”.

(Rocha Lima. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, José

Assinale a alternativa que emprega a **conjunção explicativa**. (grifo meu)

- A) Teu carro já está velho; logo, não pode subir a serra.
- B) Você foi injusto com seu amigo; deve, pois, pedir desculpas.
- C) Não teremos recursos este mês; portanto, teremos que economizar.
- D) Eles estarão fora da última reunião; conseqüentemente, não poderão opinar.
- E) Espere um pouco, porque ele não demora.

47. As alternativas abaixo apresentam frases na **voz passiva**. Assinale a única que não se encaixa nessa categoria. (grifo meu).

- A) Alugam-se casas no período do verão.
- B) Regulam-se relógios.
- C) Venderam-se todos os bilhetes do espetáculo.
- D) Sentou-se ao lado de sua melhor amiga.
- E) Seguiram-se alguns minutos de angústia.

50. “Pode dar-se o caso de a oração ser destituída de sujeito: com ela, referimo-nos ao processo verbal em si mesmo, sem o atribuímos a nenhum ser.”

(Rocha Lima. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, José Olympio, 2010).

Assinale a alternativa que apresenta uma **oração sem sujeito**: (grifo meu)

- A) Falaram mal do antigo professor.
- B) Precisa-se de novos funcionários.
- C) Fazia muito calor naquele mês de janeiro.
- D) Vive-se muito bem nessa região.
- E) Mataram completamente a esperança da população.

Ademais, há uma única questão em que se misturam conteúdos de semântica e de análise gramatical, necessitando, ainda, de interpretação textual, pois se baseia em um texto, transcrita a seguir:

32. Analise as assertivas abaixo, **a respeito do texto** e sobre considerações acerca das funções que o texto em geral pode deixar transparecer. (grifo meu)

- I. A autora exprime seu juízo pelo emprego de torneios impessoais (como por exemplo: *já se fez, é preciso usar*).

- |      |  |
|------|--|
| II.  | Em virtude do uso desses marcadores ( <i>se, é preciso</i> ), não se pode perceber no texto uma atitude pessoal.         |
| III. | A função expressiva se manifesta cada vez que o autor exprime a imagem que ele faz ou a opinião que ele tem do real.     |
| IV.  | Adjetivos, advérbios, torneios sintáticos, metáforas e comparações indicam o “trabalho” do destinador sobre o referente. |
|      | [...]  |

A partir das questões da prova do Cetro, observa-se, nitidamente, que foi atribuída uma importância maior à Gramática Tradicional, pela quantidade de questões de análise gramatical e pela maneira que foi exigido esse conteúdo.

A prova possui somente dois textos, diferente da prova do Cespe, que possui oito. Como há poucos textos, a maioria das questões é descontextualizada, como exemplo, a questão 47 transcrita anteriormente. Há, ainda, questões baseadas em fragmentos de textos que foram retirados de uma gramática normativa, reproduzindo conceitos sem contextualizá-los em textos e em situações concretas, como acontece nas questões 43, 45 e 50, em que há frases soltas que devem ser analisadas pelo candidato conforme seus conhecimentos.

A partir do que foi exposto sobre as duas provas, pode-se estabelecer algumas diferenças entre elas, em termos de conteúdo exigido. Na prova do Cetro, não foram identificadas questões de análise linguística, e sim de análise puramente gramatical, com base nas normas da Gramática Tradicional, como se pôde observar conforme os termos destacados nas questões. Na do Cespe, já se observa uma tendência à análise linguística, como se pode notar na grande quantidade de textos e de itens baseados neles, bem como na pequena quantidade de questões de análise gramatical, que não se fundamentam nas regras gramaticais e nas terminologias presentes na Gramática Tradicional.

É importante salientar que, na prova do Cespe, além de conteúdos de análise gramatical, de interpretação textual e de legislação – normas da ABNT –, os mais recorrentes em provas de concurso público, como na prova do Cetro, foram explorados outras áreas do conhecimento, como os conteúdos de retórica e de teoria da argumentação. Isso é muito relevante, pois, necessários ou não para a prática de Revisão, é uma oportunidade de aprender e desenvolver outros tipos de conhecimentos, que podem contribuir para um trabalho mais satisfatório.

A tabela a seguir resume e simplifica as principais diferenças entre as duas provas:

<b>Características</b>	<b>Cespe</b>	<b>Cetro</b>
<b>Quantidade de textos</b>	8	2
<b>Quantidade de questões/itens</b>	70 itens	28 questões
<b>A maioria das questões é contextualizada?</b>	Sim	Não
<b>Quantidade de questões de interpretação textual</b>	A maioria. Não há precisão.	1
<b>Quantidade de questões de semântica</b>	6	Não há precisão.
<b>Quantidade de questões de análise gramatical</b>	9	20
<b>Quantidade de questões de outras áreas do conhecimento</b>	22 (legislação) 10 (retórica e teoria da argumentação)	0
<b>Tendência de análise</b>	Linguística/textual	Gramatical

Fonte: elaborado pela autora.

O conteúdo explorado pelas provas, sobretudo a da banca Cetro, se baseia no que os manuais de revisão e as gramáticas normativas pregam, ou seja, limitam-se às normas da Gramática Tradicional. De acordo com a concepção tridimensional proposta por Fairclough (2001), representada por três níveis de análise – texto, prática discursiva e prática social –, nota-se que as provas materializam o discurso em forma de texto, corroborando a ideia mecanizada de Revisão Textual, pautada na Gramática Tradicional, enfatizando, principalmente, o nível formal de análise do texto: gramática, léxico, coesão e estrutura textual, excluindo os elementos de análise da prática discursiva.

Como já foi explicado, a análise de discurso como prática discursiva envolve os seguintes elementos: força dos enunciados (os tipos de ato da fala, funções da fala), coerência dos textos e intertextualidade dos textos. Além do mais, esse nível de análise está relacionado a outros elementos como produção, distribuição e consumo de textos, os quais auxiliam na disseminação de discursos ideológicos presentes neles. Observa-se



que nenhuma das provas analisadas preocupou-se em estudar o caso das ideologias e dos diversos discursos e intenções comunicativas que um texto pode materializar.

Observa-se que as provas, tais como os manuais, possuem visão reducionista da atividade de Revisão Textual. Não levam em consideração aspectos externos ao texto, como contexto, ideologias, situações comunicacionais, de produção, de distribuição e de consumo de textos, público-alvo desses textos, intertextualidade, interações sociais, entre outros tipos de análise.

Ambas as provas se apoiam no discurso como texto, que, segundo a análise textual concebida pela Linguística, está constituído pelos elementos, em escala ascendente: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual, ou seja, elementos de análise gramatical. Embora a prova do Cespe possua uma tendência mais contextual e linguística ao explorar questões baseadas em textos, seus conteúdos não são suficientes para estimular a reflexão do revisor, em relação ao que representam os textos na sociedade e as ideologias mantidas e disseminadas neles, ajudando, pois, a reproduzir ainda mais uma prática mecanizada e repetitiva a cada trabalho com o texto.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Análise do Discurso Crítica é uma ferramenta de estudo relevante para a Revisão de Texto, embora haja dificuldades em identificar elementos externos ao texto, diante da ideia mecanicista e reducionista que se tem dessa atividade. Uma explicação para isso é o fato de que as características explícitas do texto, como aspectos gramaticais, semânticos e lexicais, além da interpretação textual, são identificadas mais facilmente pelo o revisor, pois ele se preocupará em tornar o texto mais compreensível para o leitor, o qual se atentará justamente a esses elementos de análise no momento da leitura, por isso, há de se entender o motivo de uma maior preocupação com esse tipo de análise.

Apesar de as duas áreas estarem estritamente relacionadas, conforme foi apresentado neste trabalho, é um desafio substancial aplicar os conhecimentos de ADC no campo de trabalho de Revisão, pois o estudo das contribuições da ADC à Revisão Textual ainda é muito recente. A tradição gramatical atribuída ao revisor não é irrelevante, há de ser considerada, mas a prática de Revisão dependerá do texto, de sua

situação comunicacional e de seu contexto, atrelados a outros tipos de análises que, se possível, poderão ser realizadas.

Além disso, a Revisão de Texto, sob uma perspectiva menos relacionada à Gramática Tradicional, tal como se conhece, está começando a emergir nos estudos de linguistas e revisores, como Harrison da Rocha (2012), que se engajam e se aprofundam cada vez mais nessa relação, de modo a tornar uma atividade menos mecanizada, monótona e irreflexiva, embora muitas vezes o pensamento crítico pareça algo irrealizável diante desse tipo de trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. “Dimensão Metodológica do Texto Científico”. In: *Manual de produção de textos acadêmicos e científicos*. São Paulo: Atlas, 2013.

COELHO NETO, Aristides. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. Brasília: Editora Senac, 2008.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2006.

KOCH, I. V. G. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002a.

KOCH, I. V. G. “Formas linguísticas e construção do sentido”. In: SILVA, Denize Elena Garcia da; VIEIRA, Josenia Antunes (org.). *Análise do Discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Plano, 2002b.

MACEDO, Denise Silva. *As contribuições da Análise do Discurso Crítica e da Multimodalidade à Revisão Textual*. Tese de mestrado. Universidade de Brasília, 2013.

MAGALHÃES, Izabel. *Introdução: a análise de discurso crítica*. D.E.L.T.A., v. 21, n. especial. São Paulo: EDUC, 2005, pp. 1-9. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502005000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MALTA, Luiz Roberto. *Manual do revisor*. São Paulo: WVC Editora, 2000.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso (para) a crítica: o texto como material de pesquisa*. São Paulo: Pontes Editores, 2011.

ROCHA, Harisson da. *Um novo paradigma de revisão de texto: discurso, gênero e multimodalidade*. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, Denize Elena Garcia da. “Percurso teórico e metodológico em análise do discurso: uma pequena introdução”. In: SILVA, Denize Elena Garcia da; VIEIRA, Josenia Antunes (org.). *Análise do Discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Plano, 2002.

WODAK, Ruth. *Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. Linguagem em (Dis)curso, v. 4, n. especial – Análise Crítica do Discurso, 2004, pp. 223-243. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/297](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/297)>. Acesso em: 20 nov. 2014.